

organizadores:
BRUNO ESPÍNEIRA
LUIS EDUARDO COLAVOLPE
MAURÍCIO MATTOS FILHO

A

PROVA

e o

PROCESSO

PENAL

CONSTITUCIONALIZADO

estudos em homenagem ao
MINISTRO SEBASTIÃO REIS





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Araes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Leticia Robini

Diagramação Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

P969 A prova e o processo penal constitucionalizado : estudos em homenagem ao ministro Sebastião Reis / Bruno Espiñera, Luís Eduardo Colavolpe, Maurício Mattos Filho (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021. 752 p.

ISBN 978-65-5589-424-0

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. 3. Reis Júnior, Sebastião, 1965-. I. Espiñera, Bruno. II. Colavolpe, Luís Eduardo. III. Mattos Filho, Maurício. IV. Título.

CDD: 341.43

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio: Carta da família	13
1. A macrocriminalidade econômica e a proporcionalidade das medidas de obtenção de provas: o valor probatório da colaboração premiada diante da decretação da prisão do futuro colaborador.	...17
<i>Adriana Maria G. S. Spengler</i> <i>Rafaela Alban</i>	
2. A valoração da prova no julgamento pelo Júri Popular no Brasil: uma breve crítica à íntima convicção a partir do sistema espanhol	39
<i>Álvaro Antanavicius Fernandes</i> <i>Luíza Borges Terra</i>	
3. O juiz de garantias e os problemas cognitivos No processo penal	51
<i>Antônio Carlos de Almeida Castro, Kakay</i> <i>Marcelo Turbay Freiria</i> <i>Thiago Turbay Freiria</i>	
4. Inversão no interrogatório judicial: Idiossincrasia judicial que leva à subversão do devido processo legal?	... 65
<i>Antonio José F. de S. Pécego</i>	

5. *Sursis* (Suspensão Condicional da Pena).
Possibilidade de aplicação na sentença, diante da verificação, no caso concreto, de que é mais benéfico ao imputado do que a substituição por penas restritivas de direitos..... 77
Antonio Oswaldo Scarpa
6. Uma homenagem ao Min. Sebastião Reis Jr. e suas paradigmáticas decisões sobre a prova penal e o devido processo..... 93
Aury Lopes Jr.
Vitor Paczek
7. "O Bom Juiz" (Casuística humanista e referencial mínimo de empatia para julgadores e acusadores em um processo penal democrático)..... 103
Bruno Espiñeira Lemos
8. Da ordem de busca e apreensão domiciliar à luz de uma visão constitucionalizada do processo penal 119
Caio Laet
9. A impossibilidade do reconhecimento de pessoas por meio de fotografias..... 129
Carlos Eduardo Gonçalves
Fernando Tadeu Marques
10. Análise do elemento subjetivo do tipo do art. 1º da lei 9.613/93 na hipótese de terceiros alheios ao delito antecedente com base no julgamento do recurso especial 1829744/SP..... 141
Diogo Mentor
Renata Pão Alvo S. Roberto
11. Provas ilícitas são reflexos de poderes selvagens. 161
Dora Cavalcanti
Luiza Ferreira

12. A cadeia de custódia da prova digital169
Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro
Luís Eduardo Lopes Serpa Colavolpe
13. O limite ao direito do investigado de destruir
 provas que o incriminem... 187
Fernanda Tórtima
14. O papel do magistrado diante de crises
 humanitárias é simplesmente ser humano: o
 exemplo do Ministro Sebastião Reis Júnior
 durante a pandemia da Covid-19199
Gabriela Shizue Soares de Araujo
Priscila Pamela C. Santos
15. Da impropriedade do Confisco Autônomo
 no Processo Penal brasileiro.. 209
Geraldo Prado
16. Que tipo de juiz queremos? 227
Gustavo Alves Pinto Teixeira
17. O reconhecimento fotográfico atende ao
 standard de prova exigido para a decretação
 da prisão preventiva? 235
Gustavo Ribeiro Gomes Brito
18. A proibição da autoincriminação involuntária
 no processo penal brasileiro: uma análise de
 precedente do superior tribunal de justiça
 (habeas corpus nº 425.044/RJ).. ... 253
Henrique Abi-Ackel Torres
Luciano Santos Lopes
19. Populismo penal midiático: suas consequências
 em âmbito processual penal sob a perspectiva
 probatória e principiológica.. 265
J. Maurício C. Mattos Filho
Marcelo Ferreira Cordeiro

20. Introdução ao juiz das garantias..... 279
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
21. Limites constitucionais ao acesso de smartphones apreendidos em prisões em flagrante 291
João Otávio de Noronha
Simone dos Santos Lemos Fernandes
22. Caminhos para a decolonialidade e um novo fazer justiça: a produção probatória na execução penal..... 307
Jonata Wiliam Sousa da Silva
Maria Brito Alves
23. O HC589270 GO e o necessário debate a se enfrentar para alcançar o sistema acusatório: o indevido uso do inquérito para condenar e a coluna infame..... 323
José de Assis Santiago Neto
Leonardo Costa de Paula
24. O sistema prisional brasileiro e a dupla eficácia punitiva da condição feminina..... 337
José Eduardo Martins Cardozo
Mayra Jardim Martins Cardozo
25. O que é isto – sistema acusatório?..... 347
Lenio Luiz Streck
26. “Standards” probatórios e o controle processual da valoração da prova nos delitos sexuais: uma contribuição do Ministro Sebastião Reis Júnior para a racionalidade decisória..... 355
Leonardo Avelar Guimarães
Lucas Theodoro Dias Vieira

27. O direito à não autoincriminação: conteúdo e limites na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	367
<i>Luís Roberto Barroso</i>	
<i>Marcelo Costenaro Cavali</i>	
28. Valor probatório da colaboração premiada.....	379
<i>Luiz Augusto Reis de Azevedo Coutinho</i>	
<i>Vanessa Valiñas Carvalho</i>	
29. Interlocuções entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça no sistema de precedentes.....	389
<i>Luiz Fux</i>	
30. Das provas à luz da Constituição Federal da República – Lei de drogas: violação de Preceitos Constitucionais e Infraconstitucionais – Provas Ilícitas – Interpretação Sistemática.....	401
<i>Marcelo José Cruz</i>	
31. Cooperação jurídica internacional em matéria penal e a problemática das autoridades centrais: comentários ao ARESP 701.833/SP.....	407
<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i>	
<i>Thiago de Lucena Motta</i>	
32. Pronúncia, princípio da não culpabilidade e prova.....	421
<i>Marco Aurélio Mello</i>	
33. Tribunal do Júri: os princípios estruturantes, a valoração da prova e as investidas autoritárias contra o instituto na ADPF 779.....	429
<i>Marcos Luiz Alves de Melo</i>	

34. A audição da criança vítima de violência doméstica: especificidades processuais e boas práticas..... 443
Margarida Santos
Maria João Lourenço
35. Controles epistêmicos do *whistleblowing* nas práticas anticorrupção: uma aproximação com o instituto da colaboração premiada..... 467
Mariana Madera Nunes
Gustavo Alves Magalhães
36. O efficientismo penal probatório e sua necessária ruptura pelas mãos do STJ..... 485
Misael Neto Bispo da França
37. A desconstrução do ônus da prova no processo penal brasileiro..... 493
Mônica Goes
38. Antecedentes criminais antigos: dosimetria penal e direito ao esquecimento..... 505
Mônica Sifuentes
39. *In dubio pro societate*: uma medida de justiça?..... 515
Natalia Petersen dos Santos
Isa Guimarães Duarte
40. A defesa técnica como expressão de garantia ao processo criminal justo..... 523
Néfi Cordeiro
41. A exclusão da prova ilegal..... 553
Néviton Guedes
42. O Superior Tribunal e a Questão Constitucional..... 565
Nilson Vital Naves

43. Sobre verdade e mentira no Processo Penal	581
<i>Paulo Queiroz</i>	
44. Do reconhecimento de pessoas no processo crimina	593
<i>Plácido Serra de Faria</i>	
45. <i>Standard</i> probatório e busca pessoal: critérios de exigibilidade e de valoração da fundada suspeita	603
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
<i>Alexandre Satyro de Medeiros</i>	
46. Da ordem de manifestação entre corréus delatores e delatados na Colaboração Premiada	619
<i>Ricardo Lewandowski</i>	
47. O HC 435.934 e a declaração de nulidade de medida de busca e apreensão coletiva	627
<i>Rogério Schietti</i>	
48. O Ministro Sebastião Reis Júnior e a garantia das liberdades civis no Brasil	635
<i>Rômulo de Andrade Moreira</i>	
49. A prova psicográfica: breves considerações acerca de sua admissibilidade no processo penal. Casos emblemáticos	645
<i>Sheilla Maria da Graça Coitinho das Neves</i>	
50. Guarda da Constituição e não dos Presídios: o desafio do Poder Judiciário na concretização da garantia da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	659
<i>Simone Schreiber</i>	

51. A contribuição feminista à ressignificação epistemológica do lugar do sistema de garantias - SG na produção probatória.....	673
<i>Soraia da Rosa Mendes</i>	
52. O ônus da prova no processo penal envolvendo violência doméstica contra mulher: uma reflexão necessária.....	687
<i>Thaize de Carvalho Correia</i>	
53. A palavra policial como prova onipotente do tráfico de drogas e o grande encarceramento.....	701
<i>Thereza Cristina Coitinho das Neves</i>	
54. O Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior, um juiz de ideias e cultor da justiça humanista: uma ode ao brilhante voto vencido no caso Vilela em matéria probatória do júri.....	717
<i>Thiago Aguiar de Pádua</i>	
<i>Airto Chaves Junior</i>	
55. Os reflexos do <i>habeas corpus</i> no processo penal: estudos em homenagem ao Ministro Sebastião Reis Júnior envolvendo a impetração de <i>habeas corpus</i> e seus impactos na construção/legitimação da prova	733
<i>Víctor Minervino Quintiere</i>	
Autores.....	749